

Capítulo 1 - Introdução

1.1 Considerações iniciais

1.1.1 Estrutura e mapas do Atlas

A estrutura básica deste Atlas fundamenta-se na descrição de aspectos dos meios físico, biótico e antrópico de interesse ao município de Itanhaém. Essa estrutura foi escolhida em decorrência de os meios físico, biótico e antrópico, no conjunto, comporem o meio ambiente (Figura 1.1-1).

Além disso, foram considerados como temas de destaque, as Unidades de Conservação e os indicadores ambientais, por constituírem importantes ferramentas de gestão.

No total tem-se 12 mapas apresentados com Figuras associadas a cada tema e 10 mapas apresentados como Desenhos no ANEXO (Tabela 1.1-1).

1.1.2 Escala dos mapas

Neste Atlas, a maior parte dos mapas é apresentada, como Figura, nas escalas 1:200.000 ou 1:250.000, mas a escala de origem é bastante variada (Tabela 1-1). Os mapas geológicos, geomorfológico, pedológico, de erosão e a carta geotécnica foram obtidos a partir de “recorte” dos mapas do Estado de São Paulo, em escalas regionais. Consequentemente, a adaptação à escala de apresentação é meramente ilustrativa.

O ideal seria haver disponibilidade desses mapas temáticos, no mínimo, na escala 1:50.000, para o Município inteiro, e na escala 1:10.000, para a área urbanizada. Os únicos mapas apresentados como desenhos, em anexo neste Atlas, na escala 1:50.000, são os com escala original 1:50.000 ou 1:10.000 (Tabela 1-1.1).

A escala de um mapa corresponde à relação entre a área representada nesse mapa e a área no terreno, sendo calculada por meio da seguinte equação:

Escala = dimensão gráfica (mapa) / dimensão real (terreno)

Assim, na escala 1:50.000 cada 1 cm do mapa corresponde a 50.000 centímetros (500 metros) no terreno, ou seja, cada 1 cm² do mapa corresponde a 250.000 m² no terreno. Isso significa que, quanto maior for a escala do mapa maior o nível de detalhe das informações.

É importante lembrar que a escala maior corresponde à escala em cuja equação de cálculo o denominador é menor. Por exemplo, 1:50.000 significa 1 dividido por 50.000, cujo resultado é 0,00002; e 1:10.000 significa 1 dividido por 10.000, cujo resultado é 0,0001, como 0,0001 é um número maior que 0,00002, a escala maior é 1:10.000.

A escala a ser adotada depende do objetivo do mapa: escalas iguais ou inferiores a 1:1.000 dizemos que são escalas de projeto; escalas superiores a 1:1.000 e inferiores a 1:10.000, são escalas de detalhe, que podem ser utilizadas, por exemplo, na cartografia de bairros; escalas iguais ou superiores a 1:10.000 e iguais ou inferiores a 1:25.000, são escalas de semidetalhe, que podem ser utilizadas para representar cartograficamente a área urbanizada de um município; as escalas iguais ou superiores a 1:50.000 e inferiores a 1:100.000, podem ser utilizadas para representar áreas totais de municípios; e as escalas iguais ou superiores a 1:100.000, são escala regionais para representar Estados ou regiões de Estados, país ou regiões do globo terrestre.

Tabela 1.1-1 - Produtos cartográficos.

Produto cartográfico	Escala original	Forma de apresentação	Escala de apresentação
Mapa da fotografias aéreas	1:50.000	Desenho 01	1:50.000
Mapa dos principais cursos d'água	1:10.000	Figura 2.2-3	1:200.000
Mapa de águas subterrâneas	1:1.000.000	Figura 2.2-4	1:200.000
Mapa de isoietas	1:50.000	Figura 2.3-1	1:200.000
Mapa geológico	1:500.000	Figura 2.4-1	1:200.000
Mapa geomorfológico	1:1.000.000	Figura 2.5-1	1:250.000
Mapa pedológico	1:500.000	Figura 2.6-1	1:200.000
Mapa de declividades	1:10.000	Figura 2.7-3	1:200.000
		Desenho 02	1:50.000
Mapa de altitudes	1:10.000	Figura 2.7-4	1:200.000
		Desenho 03	1:50.000
Carta geotécnica	1:250.000	Figura 2.8-1	1:200.000
Mapa de erosão	1:1.000.000	Figura 2.9-1	1:200.000
Mapa de cobertura vegetal	1:50.000	Figura 3.1-2	1:200.000
		Desenho 04	1:50.000
Mapa de cobertura vegetal na área urbanizada expandida	1:10.000	Desenhos 05a, 05b e 05c	1:10.000
Mapa de biodiversidade	1:10.000	Figura 3.4-1	1:250.000
Mapa das áreas de atividade agropecuária	1:25.000	Desenho 06	1:50.000
Mapa de localização de estabelecimentos de serviços	1:10.000	Desenho 07	1:50.000
Mapa de localização de instituições de ensino	1:10.000	Desenho 08	1:50.000
Mapa de atrativos turísticos	1:10.000	Desenho 09	1:50.000
Mapa de atrativos turísticos - detalhe do centro da área urbanizada	1:10.000	Desenho 10	1:50.000
Mapa de Unidades de Conservação	1:1.000.000	Figura 6.1-1	1:250.000
Mapa de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação	1:50.000	Figura 6.2-1	1:200.000

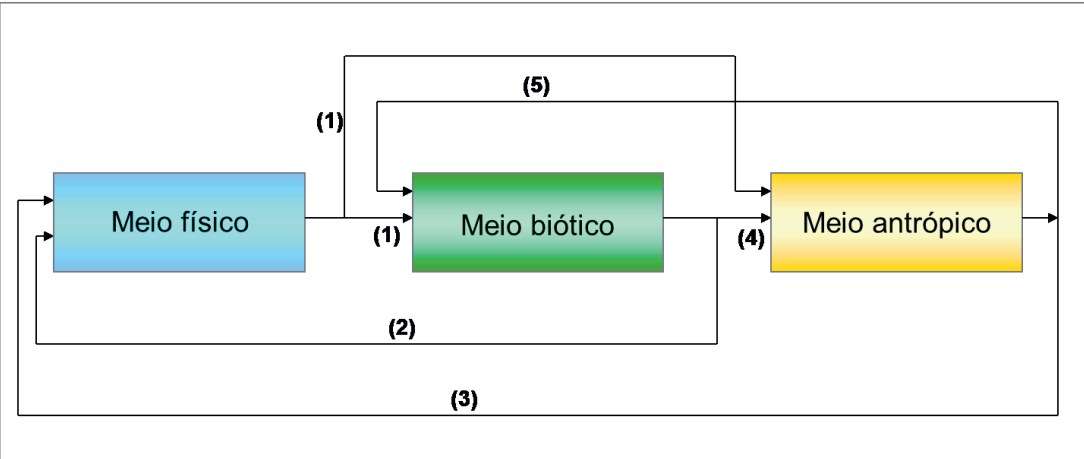


Figura 1.1-1 - Representação da dinâmica do meio ambiente: o meio físico condiciona as características dos meios biótico e antrópico, por meio de fluxos de energia e matéria (1). Os meios biótico e antrópico, regulam os processos do meio físico (2) e (3). Os demais fluxos, (4) e (5), decorrem de interações entre os meios biótico e antrópico. Fonte: Fornasari Filho et al. (1992).

1.2 Informações municipais básicas

Nome oficial: Itanhaém

Unidade Federativa: São Paulo

Distância da capital: 111 quilômetros

Localização: O município de Itanhaém situa-se no litoral sul do Estado de São Paulo (**Figura 1.2-1**), tendo como limites os municípios de São Paulo e Jquitiba ao norte, São Vicente e Mongaguá ao leste, Pedro de Toledo a oeste e Peruíbe a sudoeste; e o Oceano Atlântico a sudeste (**Figura 1. 2-2** e **Desenho 01- Anexo**).

Área: 599,02 km²

Título: Estância balneária.

Bairros e praias: Itanhaém possui 10 praias (**Figura 1.2-3**) e sua área urbanizada encontra-se dividida em 45 bairros (**Figura 1.2-4**).

Fonte: Seade e Prefeitura Municipal de Itanhaém.



Bandeira de Itanhaém



Brasão de Itanhaém



Figura 1.2-1 - Localização do município de Itanhaém no Estado de São Paulo.

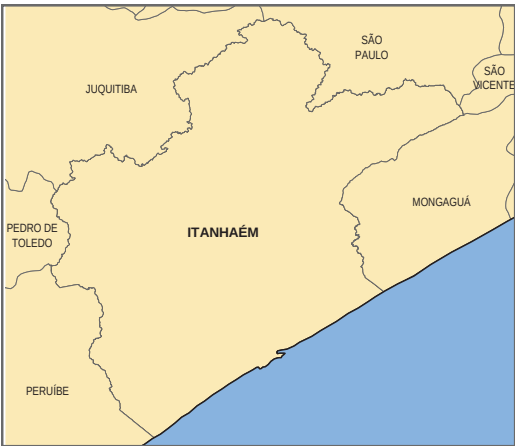


Figura 1.2-2 - Município de Itanhaém e os municípios vizinhos.

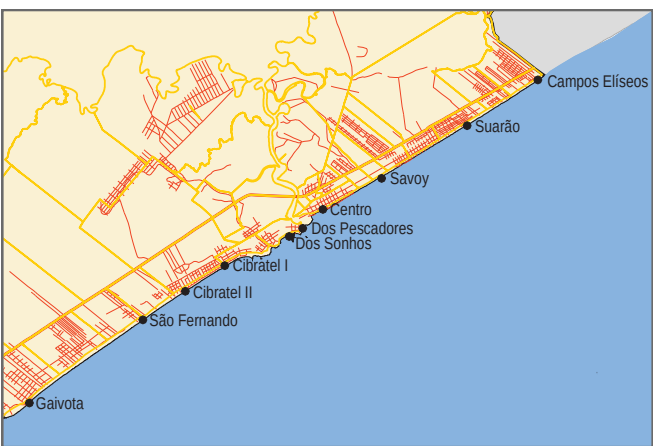


Figura 1.2-3 - Praias de Itanhaém.

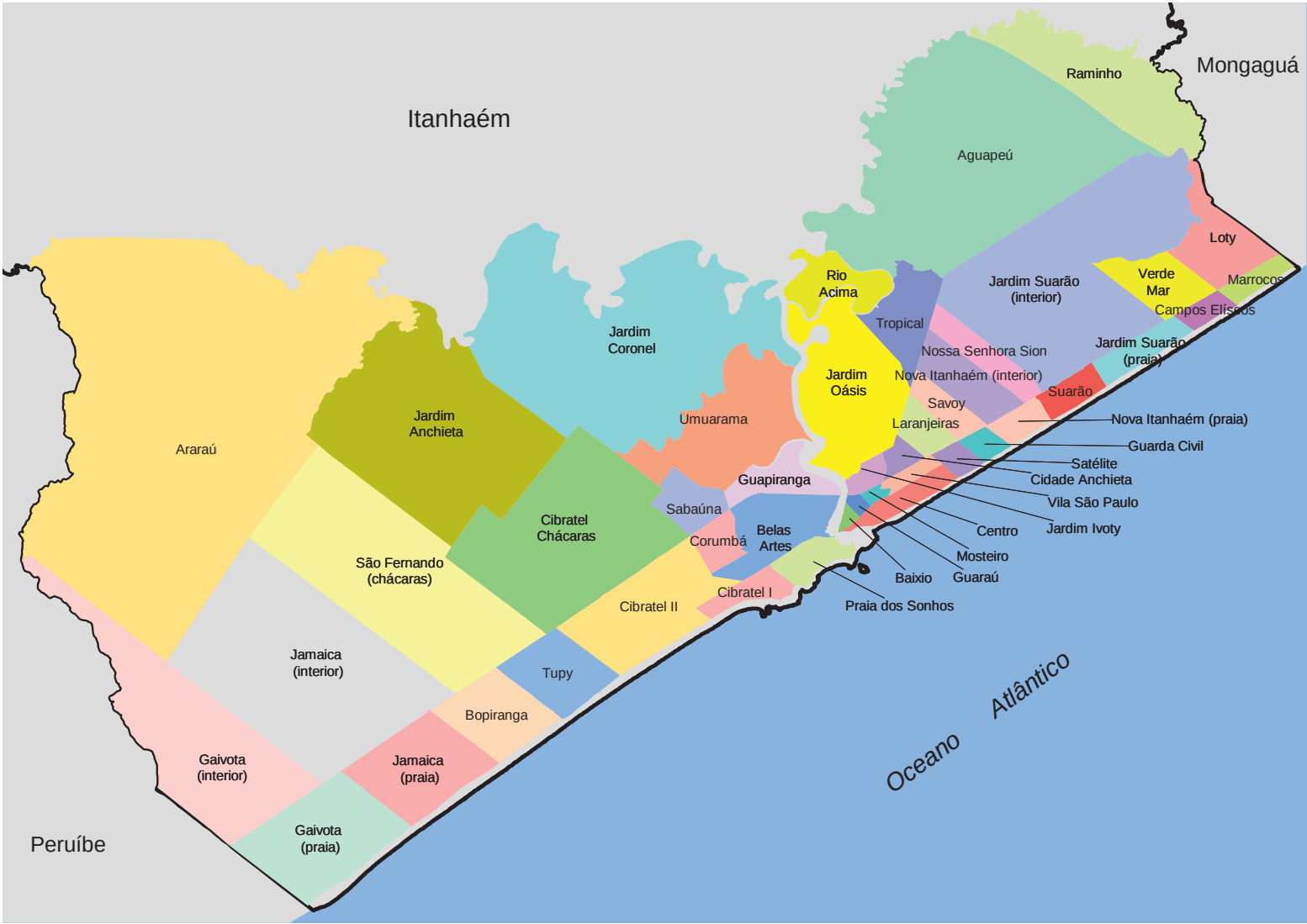


Figura 1.2-4 - Bairros da área urbanizada de Itanhaém. Fonte: PMI.

Histórico:

Conceição de Itanhaém foi “fundada” em 1532, tendo o envolvimento de Martim Afonso de Sousa – comandante português e donatário da Capitania de São Vicente, durante sua primeira expedição colonizadora do território brasileiro – que escolheu o local onde se estabeleceria a povoação, por meio da instalação de uma capela em louvor à Imaculada Conceição.

Missionários da Companhia de Jesus, Leonardo Nunes e José de Anchieta, visando a catequização dos índios construíram a igreja que foi o marco inicial da aldeia e feitoria de Nossa Senhora da Conceição. Em 1549 foi criada a freguesia – na época parte de São Vicente que foi transformada em vila, por provisão de 1561, outorgada pelo Capitão-mor Francisco de Moraes, tenente.

Tem em seus prédios históricos, o testemunho da época da colonização do litoral paulista, com a Capela (agora Convento) Nossa Senhora da Conceição (1532), a Casa de Câmara e Cadeia que supõe-se tenha sua construção se dado em 1561, quando da elevação à categoria de Vila e a Igreja Matriz de Sant’Ana (1639), todos originalmente agrupados dentro de uma paliçada, área que hoje forma o Centro Histórico.

Em 1624, em decorrência de uma disputa pelas terras entre os herdeiros de Martim Afonso de Sousa, Conceição de Itanhaém tornou-se cabeça de Capitania, ganhando importância política no quadro de ocupação do território colonial. Ainda no século XVII, destaca-se a presença dos padres franciscanos que, com a ajuda de alguns habitantes, construíram em Itanhaém sobre a antiga Capela, um dos principais conventos da sua Ordem no Brasil.

Foi elevada à categoria de município em 1700 por meio de Carta Régia, mas somente em 6 de novembro de 1906 recebe sua denominação atual, com seu nome passando de Conceição de Itanhaém para Itanhaém.

Teve sua época áurea durante o cultivo da banana, tornando-se a maior produtora de bananas do litoral paulista, cultura que lhe valeu o advento da estrada de ferro no início do século XX. Com a relativa facilidade de acesso, o município passa a receber mais visitantes, sendo presenças ilustres as dos modernistas que abrilhantaram a Semana de Arte Moderna em São Paulo, Alfredo Volpi, Mario de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade na década de 1920, época em que desponta no cenário artístico o pintor Emidio de Souza.

A data magna do município foi instituída por Decreto Estadual em 1956, que lhe concedeu o dia 22 de abril para as comemorações do aniversário; sendo, portanto, 480 anos completados no ano de 2012.

O território de Itanhaém, outrora bem maior, teve desmembrado áreas para criação de 3 outros municípios, sendo o município de Itariri criado em 1948 e os municípios de Mongaguá e Peruíbe em 1959.

Na 2ª metade do século XX o município recebe a Rodovia, facilitando muito o acesso rodoviário que era feito pelas praias e desperta crescente interesse no setor imobiliário, provocando a vinda de loteadores para comércio dos lotes principalmente para domicílio de férias e temporada ao longo da orla marítima, formando o perfil atual de Estância Balneária que tem o turismo como sua principal atividade econômica.

Benedicto Calixto de Jesus, pintor acadêmico e historiador é o “filho mais ilustre” da cidade; mas vários outros pintores, artistas e escritores residiram ou frequentaram Itanhaém, registrando em obras de arte a grande beleza natural e riqueza cultural do seu povo, que mantém vivas a séculos festas tradicionais como a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição e o Reisado Caiçara.



Capela e Convento Nossa Senhora da Conceição. Fonte: PMI.



Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: PMI.



Imagem de Nossa Senhora da Conceição que integra o acervo da Igreja Matriz de Sant’Ana. Fonte: PMI.

1.3 Contexto regional

Itanhaém pertence à Região Metropolitana da Baixada Santista, à Mesorregião Litoral Sul (ou Região Administrativa) e à Microrregião Itanhaém (ou Região de Governo). Além disso, Itanhaém é um dos 9 municípios com área total na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07).

A Constituição Brasileira de 1988, no parágrafo 3º de seu artigo 25, atribui aos Estados, mediante lei complementar, a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões - constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes - com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Assim, no Estado de São Paulo foram criadas regiões metropolitanas, mesorregiões e microrregiões. Entretanto, enquanto as regiões metropolitanas têm planejamento integrado, as meso e microrregiões têm sido mais utilizadas para fins estatísticos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) foram criadas por meio da Lei Estadual 9.034, de 27 de dezembro de 1994 – atendendo ao disposto no artigo 20 da Lei Estadual 7.663, de 31 de dezembro de 1991 (Política Estadual de Recursos Hídricos) – para serem adotadas pelos órgãos e entidades do Estado, participantes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quando da proposição de planos e programas de utilização, recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos.

1.3.1 Região Metropolitana da Baixada Santista

A Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 153, considera região metropolitana “o agrupamento de Municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado”. No Estado de São Paulo há três Regiões Metropolitanas: a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

A Região Metropolitana da Baixada Santista (**Figura 1.3-1**) – criada pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996 – é formada por nove municípios (**Tabela 1.3-1**); abrange área de 2.373 km², cerca de 1% do território paulista; e é a terceira maior região do Estado em termos populacionais, com 1.664.136 habitantes (IBGE, Censo 2010).

As atividades industriais, localizadas predominantemente em Cubatão, importante pólo siderúrgico regional, assim como as atividades portuárias em Santos e as atividades ligadas ao comércio, serviços, turismo e veraneio, têm reflexos diretos na economia da Região e respondem pela geração de um Produto Interno Bruto da ordem de 18,5 bilhões de reais, contribuindo com 3,7% da riqueza estadual¹.

1.3.2 Mesorregião do Litoral Sul Paulista

Com a união de duas ou mais microrregiões vizinhas de um mesmo Estado, formam-se as mesorregiões geográficas (IBGE, 2011).

A Mesorregião do Litoral Sul Paulista (**Figura 1.3-2**) é uma das quinze mesorregiões do Estado de São Paulo. É formada pela união de dezessete municípios agrupados nas microrregiões de Itanhaém e Registro, (**Tabela 1.3-1**), abrindo uma população de 462.390 (IBGE, Censo 2010).

1.3.3 Microrregião de Itanhaém

“As microrregiões são um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração” (IBGE, 2011).

A microrregião de Itanhaém (**Figura 1.3-3**) – pertencente à Mesorregião do Litoral Sul Paulista – tem área de 2.012,29 km², população de 218.798 habitantes, em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Censo 2010) e abrange área de cinco municípios (**Tabela 1.3-1**).

Tabela 1.3-1 - Regiões onde se insere o município de Itanhaém.

Região	Municípios
Região Metropolitana da Baixada Santista	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.
Mesorregião do Litoral Sul Paulista	Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo e Peruíbe (municípios da Microrregião do Litoral Sul Paulista); e Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Registro e Sete Barras (municípios da Microrregião de Registro).
Microrregião de Itanhaém	Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo e Peruíbe
Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07)	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.



Figura 1.3-1 - Região Metropolitana da Baixada Santista.

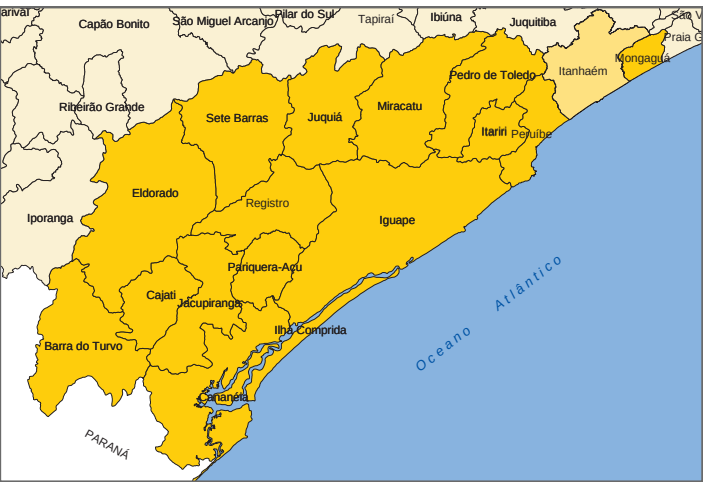


Figura 1.3-2 - Mesorregião do Litoral Sul Paulista.



Figura 1.3-3 - Microrregião de Itanhaém.

1.3.4 Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07)

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07) localiza-se no sudeste do Estado de São Paulo. Abrange integralmente os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente (**Tabela 1.3-1**); bem como parte dos municípios de Biritiba-Mirim, Itariri, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo (**Tabela 1.3-1** e **Figura 1.3-4**). Faz divisa a nordeste com a UGRHI 03 (Litoral Norte), a leste e sul com o Oceano Atlântico, a sudoeste com a UGRHI 11 (Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul) e ao norte com a UGRHI 06 (Alto Tietê) (SHS, 2007, p.6).

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista possui área de drenagem de 2.904 km² e extensão aproximada de 4.790,96 km de cursos d'água, todos de dominialidade estadual (SHS, 2007, p.21). O município de Itanhaém ocupa a maior área da UGRHI, correspondendo a cerca de 21% do total e possui 912,68 km de cursos d'água, ou seja, aproximadamente 19% do total, maior rede de drenagem natural da UGRHI (**Tabela 1.3-2**).

A UGRHI 07 encontra-se dividida em 21 sub-bacias. O município de Itanhaém abrange área das sub-bacias dos rios Itanhaém, Preto, Branco e Aguapeú. A maior sub-bacia é a do rio Branco, que corresponde a cerca de 14% da área da UGRHI 07 (**Tabela 1.3-3** e **Figura 1.3-5**).



Tabela 1.3-2 - Área dos municípios e extensão de cursos d'água na UGRHI 07. Fonte: IPT (elaborado para este Atlas) e Seade.

Município	Área do município na UGRHI 07		Proporção do município em relação à UGRHI (%)	Cursos d'água	
	km²	%		km	%
Bertioga	481,70	100	17	721,81	15
Biritiba Mirim	125,62	40	4	351,78	7
Cubatão	142,28	100	5	307,28	6
Guarujá	142,59	100	5	97,31	2
Itanhaém	599,02	100	21	912,68	19
Itariri	59,09	22	2	109,94	2
Mogi das Cruzes	35,81	5	1	103,91	2
Mongaguá	143,17	100	5	121,76	3
Peruíbe	326,21	100	11	397,22	8
Praia Grande	149,08	100	5	154,55	3
Santo André	13,53	8	0	37,88	1
Santos	280,30	100	10	413,02	9
São Bernardo do Campo	104,62	26	4	311,09	7
São Paulo	152,57	10	5	503,74	11
São Vicente	148,42	100	5	247,00	5
Total	2.904,01		100	4.790,97	100

Tabela 1.3-3 - Sub-bacias da UGRHI 07. Fonte: SHS (2007).

Código	Sub-bacia	Proporção da área da UGRHI (%)	Municípios
1	Praia do Una	1	Peruíbe
2	Rio Perequê	2	Peruíbe
3	Rio Preto Sul	4	Peruíbe
4	Rio Itanhaém	4	Itanhaém
5	Rio Preto	12	Itanhaém
6	Rio Aguapeú	7	Itanhaém/Mongaguá
7	Rio Branco	15	Itanhaém
8	Rio Boturoca	7	Praia Grande
9	Rio Cubatão	6	Cubatão
10	Rio Piaçabuçu	2	Praia Grande
11	Ilha de São Vicente	3	São Vicente/Santos
12	Rio Mogi	2	Cubatão
13	Ilha de Santo Amaro	5	Guarujá
14	Rio Cabuçu	2	Santos
15	Rio Jurubatuba	3	Santos
16	Rio Quilombo	3	Santos
17	Rio Itapanhaú	5	Bertioga
18	Rio Itatinga	4	Bertioga
19	Rio das Alhas	4	Bertioga
20	Ribeirão Sertãozinho	5	Bertioga
21	Guaratuba	4	Bertioga



Figura 1.3-4 – Municípios na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07). Fonte: modificado de SHS (2007), p.38.

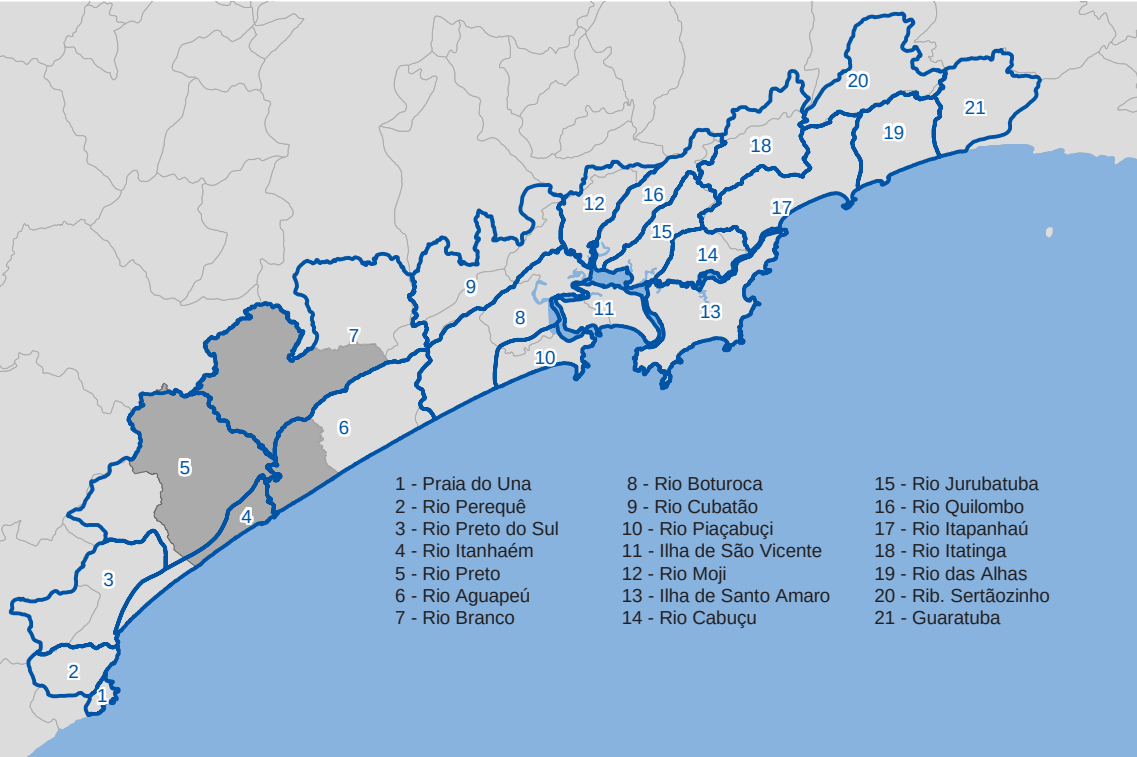


Figura 1.3-5 – Sub-bacias da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI 07). Fonte: IPT, modificado de SHS (2007) p. 22.

1.3 Contexto regional (continuação)

Para realizar a gestão participativa dos recursos hídricos nas UGRHIs, foram criados colegiados deliberativos, que são os Comitês de Bacia.

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) foi criado em 27.12.1994, por meio da Lei nº. 9.034, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos 1994-1995, e sua instalação efetivou-se em 09.12.1995, com base na Lei Estadual 7.663/91 (Política Estadual de Recursos Hídricos).

Participam dos Comitês de Bacia representantes do Poder Público Municipal, do Poder Público Estadual e da sociedade organizada. O Estatuto do CBH-BS determina que o plenário é formado por 9 representantes dos municípios, 9 do Estado e 18 da sociedade organizada, com mandato para dois anos para seus membros (Tabelas 1.3-5 e 1.3-6). Devido à um acordo firmado entre os três segmentos, a Direção tem sido ocupada por um prefeito na Presidência, um representante da sociedade na Vice-presidência e um representante do Estado na Secretaria Executiva (SHS, 2007, p.215-216).

Tabela 1.3-5 - Representantes do Poder Público Municipal e de órgãos públicos do Estado no Comitê de Bacia da Baixada Santista.

Status	Segmento dos representantes	Representante
Municípios	Poder Executivo Municipal	Prefeitura de Bertioga
		Prefeitura de Cubatão
		Prefeitura de Guarujá
		Prefeitura de Itanhaém
		Prefeitura de Mongaguá
		Prefeitura de Peruíbe
		Prefeitura de Praia Grande
		Prefeitura de Santos
		Prefeitura de São Vicente
Estado	Órgão público estadual	Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)
		Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)
		Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN)
		Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
		Secretaria da Saúde - Região Metropolitana da Baixada Santista
		Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Emae)
		Secretaria dos Transportes
		Delegacia Regional de Esportes e Turismo (DRET)
		Secretaria de Economia e Planejamento

As ações dos Comitês de Bacia são orientadas por Planos de Bacia que devem ser elaborados a cada 4 anos. O acompanhamento da implementação dos Planos de Bacia é feito por meio dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, que devem ter periodicidade anual. Salienta-se que, a elaboração do primeiro Plano de Bacia deve ser precedida pela elaboração do Relatório Zero de Situação dos Recursos Hídricos.

O Relatório Zero de Situação dos Recursos Hídricos na UGRHI 07 foi divulgado em 15.05.2000, tendo como responsável técnico a Secretaria Executiva do CBH-BS.

Tabela 1.3-6 - Representantes da sociedade organizada no Comitê de Bacia da Baixada Santista, no biênio 2010/2011.

Segmento	Titular	Suplente
Usuários das águas – uso doméstico	Centro de Aprendizagem Metódica e Prática Mário dos Santos	Savve – Sociedade Amigos do Vale Verde
	Addusp - Associação de Defesa da Cidadania e de Direitos dos Usuários de Serviços Públicos e Cons. de Cubatão e Baixada Santista	Clube de Mães e Amigos do Jôquei Clube
	Rotary Clube de Cubatão	Associação dos Moradores da Ilha Caraguatá
	Associação de Moradores da Cidade Náutica e Tancredo Neves	Lions Clube São Vicente
Usuários das águas –usos industrial e comercial	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo -Diretoria de Cubatão	Centro de Integração e Desenvolvimento empresarial da Baixada Santista
	ABM - Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais	Assecob – Associação dos Empregados da Construção Civil da Baixada Santista
Universidades e Institutos	Instituto Superior de Educação Santa Cecília	Instituto Maramar para o Manejo Responsável dos Recursos Naturais
	Ipecab – Instituto de Pesquisas e Ciências Ambientais de Bertioga	Vago
Entidades de defesa do meio ambiente	Associação Brasileira de Equilíbrio Noocrático	Caá – Oby Folha Verde
	Ecosurfi – Entidade Ecológica dos Surfistas	Associação Comunitária de Desenvolvimento, Ação Social e Ambiental Afonso Schmidt
Entidades sindicais e de trabalhadores	Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Química, Farmacêutica e de Fertilizantes de Cubatão, Santos e São Vicente	Sindicato dos Servidores Públicos de São Vicente
	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Containers de Guarujá e Santos	Sindicato dos Trabalhadores Municipais do Balneário de Praia Grande
Associações técnicas especializadas	Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente	Vago
	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos	Aeeab – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bertioga
Entidades comunitárias e movimentos populares	Associação Teto e Chão da Baixada Santista	Sociedade Amigos de Bairro Jardim Costa e Silva
	Sociedade Amiga da Família Cubatense	Associação de Mulheres do Conjunto Tancredo Neves Cidade Náutica
Entidades de defesa de direitos civis	Ordem dos Advogados do Brasil-44ª sub-seção OAB/SV	Associação de Mulheres da Esplanadas dos Barreiros
Entidades de classes profissionais liberais	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente	Vago

O primeiro Plano de Bacia (2000-2003) foi divulgado em 29.04.2004 e o segundo (2008-2011), em 03.12.2008.

Quanto aos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, que devem ter periodicidade anual, em 2007 foi divulgado o primeiro e, em 2008 e 2009, o segundo e o terceiro, esses foram elaborados de acordo com o novo método estabelecido pela Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) , baseado em indicadores ambientais.



Logo do CBH-BS